

# MOVIMENTOS DE MULHERES E PARTIDOS POLÍTICOS\*

*Iara Maria Ilgenfritz da Silva*

Mestranda do CPGD/UFSC

Este trabalho é produto de anotações provisórias e não tem a pretensão de abordar exaustivamente tema tão vasto e complexo, como é este que envolve a relação entre movimento feminista e partidos políticos. A idéia de escrevê-lo resultado de minha participação em dois encontros da mulher” (um em Santa Catarina e outro no Rio Grande do Sul). Patrocinadas por alguns partidos políticos de oposição, ambas as reuniões tinham a finalidade de “incentivar a participação da mulher em todos os setores . . . na luta pela conquista de uma sociedade mais justa, humana e igualitária para todos os brasileiros”.

Nestas duas oportunidades, observei que buscava-se o apoio da mulher na conquista de tais ou objetivos, considerados prioritários pelas agremiações políticas de oposição, reduzindo, porém, a sua participação na reprodução de valores culturais socialmente atribuídos à mulher (mãe, dona de casa, educadora), de forma a daí retirar sua legitimidade. Dito noutros termos, os temas debatidos nessas ocasiões, estão subordinados às reivindicações gerais e aos objetivos estratégicos dos partidos. De um lado, o partido apoia reivindicações que não são próprias da mulher . De outro lado se interessa por reivindicações consideradas como “femininas” – iguais das econômicas, políticas e jurídicas, reivindicações familiares –, mas que

---

(\*)trabalho apresentado na reunião do grupo de trabalho “Mulher e Política”no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo (RJ), 21 a 23 de outubro de 1981.

perdem toda a especificidade quando o partido “formalmente” as articula e mobiliza as mulheres sem questionar precisamente a “forma tradicional” de desempenho do papel de esposa e mãe.

O feminismo atual justamente questiona o modo como a mulher é inserida no contexto social. Não se trata de conquistar direitos formais, pois a igualdade política já foi alcançada e igualdade jurídica há certos progressos introduzidos com a reforma do Código Civil, ou a recente revogação do crime de adultério. Trata-se de mudar a forma de relacionamento entre os homens e as mulheres, entre si, na família, no trabalho, na política, é particularmente pois evidente, no caso das mulheres, que a problemática está mais ligada a relações pessoais carregadas de emotividade, do que a relações sociais mais abstratas.

Bastante motivada pelo problema, tento aqui ensaiar uma crítica sobre a “recuperação ideológica” realizada através de propostas genéricas, abrangentes e inespecíficas, relativamente às questões próprias à mulher, formuladas por agremiações partidárias de oposição que possuam linhas bem definidas. Faço, para tanto, objeto de minhas indagações, os programas básicos de cada partido político - PDT, PMDB e PT<sup>1</sup> - consciente de que as mesmas não avançam mais além de certas colocações determinadas pela observação específica, do que os mesmos se reduzem. Um estudo mais pertinente, importaria dispor de informações mais detalhadas acerca de organização, recrutamento, atuação funcional deites partidos no tratamento da questão, informações estas das quais não possuo conhecimento mais que informais e provisórios.

Portanto, trago ao debate desta reunião, um tema muito polêmico . que vem preocupando cientistas sociais, que diz respeito à autonomia e independência do movimento de mulheres, centrados sobre interesses específicos de urna categoria social, e a dialética a se, estabelecida com as estruturas político partidárias que agregam interesses globais de poder, de modo que movimento social com características próprias e partido político possam atuar como movimentos políticos de reivindicação, sem apresentarem antagonismos em suas bases de formação.

## **PARTIDOS POLÍTICOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Inicialmente, é preciso estabelecer uma distinção entre estruturas partidárias e movimentos espontâneos surgidos das bases, como movimento de bairro, de periferia urbana, de grupos discriminados.

Segundo alguns autores, uma definição de partido requer urna organização durável, local, bem estabelecida, mantendo relações regulares e varia-

das com o escalão nacional; a vontade deliberada de chegar ao poder; a preocupação de buscar o apoio popular por intermédio de eleições ou por qualquer outra forma. Portanto a continuidade da organização distingue partidos de simples clientela, facções. O partido se singulariza em relação ao grupo parlamentar. E a vontade de exercer o poder diferencia partidos de grupos de pressão, que procuram atuar sobre o poder, influenciá-lo, mas permanecendo a, os partidos constituem em estruturas de “comunicação”, um canal apropriado para o exercício de “interesses” de grupos diversos, como um lugar de lutas por “idéias”. Têm a função de agregar as múltiplas reivindicações de grupos de interesses, para homogeneizá-las e harmonizá-las, reduzindo exigências particulares a uns tantos objetivos específicos<sup>2</sup>.

Uma análise recente<sup>3</sup> dos movimentos sociais em ebulição atualmente na grande São Paulo, revela que eles iniciam geralmente com a tomada de consciência das contradições existentes por parte de um pequeno grupo de pessoas.

Através desse pequeno grupo nasce um processo de mobilização que pode tomar corpo e engajar-se em determinado tipo de luta, quer seja para formular exigências materiais como são os movimentos representativos das populações da periferia das grandes cidades, contra a carestia, os loteamentos clandestinos, a abertura de creches- cuja clientela constitui-se da classe trabalhadora desprovida dos canais concretos de expressão, quer seja para defender causas morais ainda que puramente ideológicas - como são os movimentos discriminatórios como o feminista, o racial, os homossexuais.

Estes movimentos sociais, no contexto político em que surgiram (ou renasceram), podem ganhar espaço atuando autonomamente, como podem também contar com a proteção de alguma instituição reconhecida e o apoio considerável e ostensivo da opinião pública. Sem dúvida que a autonomia dos movimentos é da própria dinâmica de sua formação, pelas formas de luta que conseguiram gerar diretamente. Contudo apresentam uma base possível de uma real democratização da sociedade, devendo por isso os partidos políticos abrirem-se à esta participação popular.

Atravessados pelas contradições geradas por dominantes, dominados, exploradores, explorados, na sociedade se produzem outros processos de discriminação. O movimento feminista surge como expressão dessa discriminação, e projeta o que deveria ser uma sociedade na qual os indivíduos de ambos os sexos pudessem conviver e. condições de igualdade.

## A SITUAÇÃO DA MULHER

A história do pensamento político e social te,, se dedicado a denuncia, sobretudo a dominação política exercida pelo Estado, e as formas de limitar ou aumentar ainda mais este poder leviatã. Exemplos disso não dão as obras de Marx ou de Hobbes, cada m dando a sua própria interpretação.

Só muito recentemente houve um deslocamento da questão do poder político, o qual não deveria ser apenas objeto do Estado, mas, também, das relações interpessoais. Esta interpretação deve-se principalmente aos trabalhos originais de Foucault (Microfísica do Poder).

Por esta concepção, a luta dos oprimidos não restringir-se-ia mais à destruição do Estado ou da dominação de classes, mas deveria abranger todos os níveis da sociedade em que isso ocorra.

É neste sentido que estão situadas hoje a luta das mulheres, das minorias étnicas, sexuais, etc. No que concerne especificamente, podemos afirmar, acompanhado Giseie Halimi, que a luta das mulheres é o acontecimento mais importante deste fim de século porque põe em questão o esquema clássico da luta pela opressão<sup>4</sup>.

E por quê? Porque esta luta bem específica questiona os fundamentos sobre os quais se assentam não só dominação política, mas também a exploração econômica, característica da sociedade capitalista, tanto a nível global como particular, ou seja, tanto em relação ao pode, político monopolizado pelo Estado, quanto as relações de trabalho e as relações entre os sexos, no seio da família e fora dela.

Esta luta, no entanto, não deve ficar somente na trincheira do social, ainda que este nível possa parecer mais importante. Ela também precisa ser travada dentro da própria mulher, ou seja, é preciso ressocializar a mulher, de modo que ela não se sinta presa fácil das manipulações ideológicas, exercidas quer pelo Estado, quer pela família, ou p., outros segmentos sociais.

A mística feminina restringe a mulher ao papel de reprodutora e exacerba o mito da maternidade Neste sentido, a mulher não precisaria quebrar a cabeça para sair da condição feminina de matriz, já que a natureza lhe assegura superioridade nesta condição; melhor seria transformar-se logo em “poedeira” pela superioridade que tem em gerar filhos, deixando ao homem o peso de sua inferioridade.

É este o risco que tende a conduzir efetivamente a exaltação da mulher através da natureza feminina de matriz, cuja função é considerada toda amor, renuncia, dedicação. ternura, submissão!...

Outro nível importante, de certa forma decorrente do anterior, está ligado à recuperação política e ideológica do movimento feminista enquanto tal, Estado, e como veremos mais adiante, pelos partidos políticos.

Existem na história exemplos mercantes a esse respeito. Na França,<sup>5</sup> algumas reformas foram dadas parcimoniosamente nas, primeiras, décadas deste século; extensão módica dos direitos do cônjuge sobrevivente, investigação da paternidade natural na justiça, enfim, direitos que “não incomodam” a organização da sociedade e a divisão dos papéis sociais a qual ele se funda. Num século e meio de reivindicações, as mulheres obtiveram apenas migalhas. medidas pequenas que deixam inteira a dominação paterna, marital na, família e a exclusão jurídica das mulheres em aspectos essenciais.

A luta da mulher pelo voto no Brasil, na década de 1920, teve à sua frente mulheres pertencentes, a burguesia liberal e foi claramente influenciada pela ideologia da classe dominante, constituída da pequena elite dirigente (masculina). Bem por isso, sua atuação teve limites específicos às reivindicações do liberalismo burguês e sua dinâmica era traçada pelo sistema capitalista. Assim, o voto feminino foi concedido quando interessou à classe dominante, para resguardar o equilíbrio do jogo liberal em confronto com as massas urbanas que o ameaçam<sup>6</sup>.

Portanto, a questão que se impõe hoje, é exatamente ressaltar a especificidade do movimento feminista, ainda que sem negar articulações com mentos políticos, a exemplo de partidos políticos, mas igualmente dentro e fora deles manter a luta de emancipação global da mulher.

Os movimentos feministas têm avançado numa atitude renovadora para a conquista de novos espaços. Esta luta se reveste de grande importância, pela força de consciência que as mulheres testemunham e pelo protesto obstinado que elas exprimem. Elas fundam jornais, associações, redigem publicações, saem às ruas, rasgando em lanças contra o poder, patriarcal.

A crescente expressão social que tem adquirido movimento e incontável. E isso deve-se à consequência direta de uma mobilização sempre maior de mulher e da autonomia e independência em uma mobilização sempre maior de mulheres e da autonomia e independência em que se funda sua organização. Portanto, se nos indagamos a quem devemos nossas vitórias; somos tentadas a aí ver o fruto de nossas pressões às nossas reivindicações específicas.

A seguir, tentarei, através da leitura dos programas dos partidos políticos de oposição, questiona, como estas forças políticas com tendências a promover uma reforma social, vêem a luta de liberação das mulheres, e quais as

propostas de cunho partidário, que permitam às mulheres fortalecerem-se e ocuparem verdadeiramente espaços na sociedade.

## **A MULHER NOS PROGRAMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

I - Programa básico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

“ .... o PMDB opõe-se à anacrônica legislação que impede pleno exercício da cidadania e da capacidade civil da mulher brasileira. Defende que a lei garanta à mulher casada igualdade na direção da vida conjugal, bem, como o amparo legal à mãe solteira e, em qualquer hipótese, proteção aos filhos. Defende, ainda, plenos direitos para as mulheres trabalhadoras: contra a discriminação de salários de que são vítimas, pela abolição de qualquer tipo de discriminação de emprego às casadas, gestantes, com filhos e idosas, luta pela obrigatoriedade de creches nos locais de moradia ou de trabalho, a serem financiadas e mantidas pelas empresas e pelo Estado e a serem administradas sob o controle direto dos interessados.

O PMDB reconhece a existência de discriminação contra as mulheres, solidariza-se com a luta pela igualdade de oportunidades com os homens e sustenta as reivindicações das mulheres na divisão do trabalho doméstico.”

Como primeira colocação, é de salienta que a legislação “não impede” pleno exercício da cidadania e da capacidade civil da mulher, mas seria melhor afirmar que a mulher tem cidadania “regulada”, tanto civil como penal ou trabalhista, e que sequer consegue exercer esta cidadania, considerada de 2ª categoria. Assim, vejamos, a discriminação salarial tem esta base: a mulher sendo considerada uma trabalhadora “complementar” (do pai o. do marido), ela é coagida a aceitar pagamento inferior por um trabalho que, por isso mesmo, é rapidamente abandonado pelos homens. Temos exemplos do cargo de secretária, ou da função de gari.

Considerar o fato da mulher se, mãe, não explica a obrigatoriedade de ter que assumir todos os “encargos” da procriação, a ponto de subordinar o estado civil à concepção livremente exercitada. Invocar a proteção da lei para a mãe solteira, denuncia o preconceito implícito contra a mulher que concebe e explícito de que a maternidade dentro da “instituição obriga o pai à manutenção da prole. Daí que provar a paternidade, é de iniciativa da mulher mãe, se isso ela não conseguir, “em qualquer hipótese” alguém terá que assumir esta paternidade. No caso, o Estado. Vejo esta proposta como um reforço para alargar a tutela do Estado sobre a família.

Pode-se dizer que a nível de discurso, sustentar as reivindicações das mulheres na divisão do trabalho doméstico, é reconhecer que a subordinação da mulher pode se manter em grande parte, na medida em que continua a existir, ao lado da economia social, uma economia doméstica praticamente a cargo da mulher.

## II - Programa básico do Partido Democrático Trabalhista PDT

### ... Compromissos prioritários

... O terceiro é com a mulher, contra sua discriminação, propugnando por sua efetiva participação em todas as áreas de decisão, pela definição de seus direitos sociais, no emprego e no lar, pela igualdade de remuneração e de oportunidade de educação e formação profissional, acentuando a necessidade de que o país disponha, cada vez mais amplamente, de serviços de infra-estrutura que venham aliviar a mulher submetida, em alta porcentagem, a duas jornadas de trabalho, a do lar e a do emprego.

### ... Plano Político

... Liberdade de consciência e culto, igualdade de direitos políticos e civis para ambos os sexos eliminando toda e qualquer discriminação à participação da mulher nos vários setores de atividade e decisão.

O PDT, embora em outra linguagem, utiliza as mesmas linhas de pensamento do programa anterior, e convence, nas suas boas intenções, no que toca ao papel da mulher na família: dupla jornada de trabalho.

Os serviços de infra-estruturas que trariam o benefício de aliviar a mulher dos trabalhos domésticos, demonstra que também os partidos de oposição com tendência de esquerda, consideram os afazeres domésticos como trabalhos improdutivos e abrutantes, uma verdadeira perda de tempo para a mulher e para a sociedade. Por outro lado, não põe em causa a divisão das tarefas no seio da família, a opressão e a exploração da mão de obra feminina, pelo homem. A solução fica a nível de desenvolver possibilidade de reduzir o tempo que a mulher dedica aos trabalhos e encargos do lar.

Com relação à igualdade de oportunidades e educação e de formação profissional, estes não são privilégios dos homens, mas sim, da classe que mantém o poder econômico. Portanto, as universidades estão aí para igualmente serem disputadas por ambos os sexos, basta dispor dos meios econômicos para chegar lá.

O que está em jogo, no caso – atingindo tanto a mulher proletária como a Burguesa não é tanto o acesso à educação superior, mas as oportunidades de atingir a cargos e carreiras, consideradas masculinas, são salários iguais

para homens e mulheres que ocupam a mesma função, é não relegar às mulheres as tarefas mais alienantes, já com a certeza de sua total submissão. Estes são os verdadeiros desafios que ultrapassam os bloqueios de uma sociedade patriarcal e dirigida por homens!

### III – Programa básico do Partido dos Trabalhadores - PT

O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

... VII - Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios.

-Contra a discriminação da mulher.”

O PT, dentro de uma análise reducionista da discriminação da mulher trabalhadora, coloca a questão da opressão, partindo do princípio da luta de classe, sem analisar que existe uma opressão específica de uma categoria social (mulher), como existe luta de classe. Liga a libertação da mulher à sua entrada no círculo produtivo.

Tem-se que reconhecer que o capitalismo não é o único responsável pela alienação da mulher, pois tanto nas democracias burguesas como nos países socialistas, as mulheres jamais têm participado do poder na mesma proporção que os homens.

Tem-se que reconhecer que a “uma revolução política não se sucede necessariamente uma revolução cultural”. E, as mulheres continuam travadas na trama secular de suas dependências. A estratificação em classe não é responsável por esta opressão, mas sim a discriminação de um sexo pelo outro, no âmbito da mesma classe.

Portanto, as mudanças das relações de produção, não têm modificado as relações humanas e as mentalidades.

Na opinião de Gisele Halimi<sup>7</sup>, tanto as mulheres burguesas com as proletárias podem levar adiante a mesma luta, mesmo submetendo-se que a opressão de umas e outras é qualitativamente diferente. Mas, com a mesma origem: pertencer ao sexo feminino.

Marx afirmou certa oportunidade que para o burguês, sua mulher não é mais que um instrumento de produção. Como, então, hoje o neo-marxismo interpreta esta colocação?

Dessa forma, respeitando as posições de solidariedade que empresta o PT à organização de grupos de mulheres e de sua autonomia, o partido omitisse à dupla exploração da mulher como assalariada e como ser humano, nos seus aspectos culturais, sociais e políticos.

## **MOVIMENTOS DE MULHERES E PARTIDOS POLÍTICOS**

De todos os movimentos de libertação, o movimento das mulheres é o mais longo e o mais difícil de guiar, na medida em que todas as soluções ao problema estão numa mudança das práticas sociais, na desarticulação da divisão do trabalho entre os sexos, na desarticulação de uma moral conservadora, enfim, na mudança de mentalidades. Quaisquer conquistas, que não tenham a finalidade de questionar estruturas sociais em nome de valores “justos”, “necessários” e “verdadeiros”, são mistificadas em sua essência com a máscara do arbitrário. É por isso que a “promoção” das mulheres, pode ser uma poderosa arma de integração e manutenção da ordem estabelecida.

A mulher é, no seio da família, a articulada e transmissora de valores estáveis. Esta atividade ela realiza sob a autoridade do chefe marido, cuja direção “não procede do acaso, nem da arbitrariedade, mas reveste-se de uma dimensão política de primeira importância”<sup>(8)</sup>. A família representa, pois, um corpo intermediário entre o cidadão, fonte de toda a democracia (Estado liberal), e o Estado, fonte de soberania. Assim, a unidade de direção da família, sob a articulação do marido chefe é a garantia pela qual o poder do Estado, “se fixa na porta de cada lar”.

Existe, contudo, entre as mulheres, uma visão intimista que as impede de entender, a sua opressão como uma questão social<sup>(9)</sup>. O paradoxismo está em articular as frentes de lutas particulares, face à luta principal: a

subordinação da luta das mulheres à luta de classes, e qual é o lugar do feminismo no acesso das reivindicações sobre a igualdade econômica, social, política, jurídica e sexual.

Esta questão é bastante complexa na medida em que os movimentos feministas se deparam com problemas concernentes à mulher na vida cotidiana, como o aborto, a prostituição, a violação, mulheres espancadas, exploração da força de trabalho, etc. É complexa porque ultrapassa a esfera econô-

mica e põe em questão o discurso de dominante sobre o estatuto da mulher.. Este discurso de interpretação da condição da mulher re/produtora, é ideológico. e está impregnado tanto na classe trabalhadora, como nas classes médias.

Dessa forma, a questão feminista levada pelo partido político, pode te, uma dupla constatação: . partido defende e apóia, de um lado, as reivindicações progressistas no que concerne à mulher no trabalho, seu estatuto jurídico e político, a maternidade, a educação das crianças. Para ele, a igualdade das mulheres em certos níveis é questão que responde a interesses globais. Por outro lado, a problemática das relações homens mulheres, a questão da sexualidade feminina, é considerada como secundária. Propõe medidas que dizem respeito à mulher n. trabalho, a. lugar que a mesma ocupa na família e na sociedade, mas são medidas que correspondem a urna melhoria da condição feminina, sem coloca, em debate os papéis que, tradicionalmente. são entregues à mulher, nem seu estatuto sexual na nossa sociedade, postando-se em posições clássicas, tradicionais, que reproduzem o discurso dominante.

Verifica-se, então, que o movimento de mulheres, isto como forma de movimento de uma categoria social, encontra-se à beira de um dilema: permanecer aprisionado a uma prática independente de luta aos problemas específicos, para que o movimento não sofra “recuperação”, tanto ideológica, como política ou social, ou engaja-se a outros segmentos políticos da sociedade, tais como agremiações partidárias, no sentido de fortalecer a própria luta específica, através de certas posições que poderão ser elaboradas dentro das fileiras do partido.

Esta diabética de articulação entre movimento popular e partido político, é a minha maior preocupação ao tentar desenvolver este trabalho. Elaboro uma reflexão neste aspecto, sem, contudo, querer dizer que o âmbito específico em si, se oponha ao progresso coletivo. No entanto, é da conjugação contraditória de ambos que nasce uma força motriz e dinâmica.

Nota-se, atualmente, nos países desenvolvidos, o fracasso do modelo liberal democrático, na medida que os partidos políticos não são mais os canais, através dos quais, a sociedade civil se faz apresentar perante o Estado. Prova disso está a existência dos movimentos sociais como da ecologia, das diferenças étnicas, das mulheres, etc., que transbordam necessariamente os partidos políticos.

No Brasil, onde nunca tivemos uma sociedade civil forte, nem partidos organicamente vinculados aos interesses dos oprimidos, faz-se importante

que os movimentos sociais, em especial, o das mulheres, se autonomizem em relação a esses partidos sem representatividade, e ao Estado, como forma de fortalecer a sociedade civil e propor a forma democrática de organização social e política.

No que diz respeito especialmente ao movimento das mulheres, estes devem permanecer independentes aos partidos políticos, só se articulando com eles conjunturalmente, já que a luta das mulheres não está localizada apenas na escola, nas creches, no trabalho, mas faz parte de uma luta política global, a ser alimentada também pelos partidos políticos. Em fazendo isso, procura-se denunciara caráter formal tanto dos direitos que são concedidos à mulher, como da boa consciência que querem ganhar os partidos políticos, com referência à emancipação das mulheres.

## NOTAS

1. Neste trabalho, deixo de considerar os programas partidários do PDS-PP - PTB, porque na minha opinião, são partidos que não questionam o modelo de dominação capitalista, bem como por se apoiarem em formas tradicionais de dominação (clientelismo, populismo).

2. Esta definição é demasiada abstrata, especialmente se aplicada ao caso brasileiro, cuja possibilidade de um partido político de oposição chegar ao poder é ainda totalmente hipotética.

3. Sobre o assunto ver: “São Paulo: o povo em movimento” - Paulo Singer e Vinícios Caldeira Brandt (organizadores) - Cândido Procópio Ferreira de Camargo e outros – 2ª Ed. Ed. Vozes em co-edição com CEBRAP - 1981.

4. Gisela Halimi-”La Causa de las mujeres”- Século Popular ERA México, 1976, p. 138.

5. Assim nos relata Odile Davernas em “Droit de femmes pouvoir des hommes” -Editions Seuli - 1978 - França -p. 336.

6. Ver “Ideologia e Feminismo –A luta da mulher pelo voto no Brasil” Vozes, 1980 - pp. 16 a 19.

7. Um movimento de massas tem certas virtudes pedagógicas. Pode servir para ensinar às mulheres de qualquer ideologia que ainda não militaram, que nem se atrevem a falar em público e que não imaginam a possibilidade que têm a dinâmica e a estrutura das lutas femininas, a inventar formas da ação.

8. Davernas, Odile, op. cit., p. 350.

9. A este respeito ver artigo “Mulheres procuram manter espaços conquistados” - Lucia Amaral - “Folha de São Paulo”, 59 caderno - p.45 - em 16-08-81.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Branca Moreira - “ideologia e Feminismo” - a luta da mulher pelo voto no Brasil” - Ed Vozes - 1980.

ALZON, Claude - “Femme Mythifiée femme mystifiée” - 1 re. édit. 1978Maspero - Paris.

BLAY, Eva Alterman - “Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches – Revista Encontros com a Civilização Brasileira - 26, Ed. Civilização Brasileira, 1980 - pp. 63 a 69

CHEVALIER, J. e outros - “Discours et Ideologie” - Centre universitaire de recherches administratives et politiques de Picardie - Presses Universitaires de France - 1980.

DAVERNAS, Odile - “Droit des femmes pouvoir des hommes” - Éditions Seuli France - 1978.

HALIMI, Gisele - “La causa de las mujeres” - Série Popular ERA México - 1976.

MANTEGA, Guido e outros - “Sexo e Poder” - Ed. Brasiliense - 1979.

MARCUSE, Herbert - “A ideologia da Sociedade Industrial - o homem unidimensional” – 5ª ed. - Zahar -1979.

NEVES, Angela e outras - Caderno de Debates nº 6 - Ed. Brasiliense 1980.

SINGER, Paulo e outros- “São Paulo: o povo em movimento” –2ª ed. Edit. Vozes em co-edição com CEBRAP - 1981.

ROWBOTHAM, Sheila e outros - “Além dos fragmentos - o feminismo e a construção do Socialismo” - Ed. Brasiliense - 1981.